



5153 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPED (2019)
GT12 - Currículo

O currículo da formação superior em Educação Física entre as tramas da racionalidade neoliberal
Mário Luiz Ferrari Nunes - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Agência e/ou Instituição Financiadora: Fapesp

O CURRÍCULO DA FORMAÇÃO SUPERIOR EM EDUCAÇÃO FÍSICA ENTRE AS TRAMAS DA RACIONALIDADE NEOLIBERAL

Resumo

Centramos esforços na investigação dos modos de regulação que se apresentam no currículo da formação docente de um curso de Licenciatura em Educação Física, que ocorre em uma universidade pública. Tencionamos inferir como eles se alinham às transformações do setor público e da cultura geral e adéquam seus sujeitos às condições sociais de mercantilização da vida. Os dados empíricos foram produzidos por meio de entrevistas narrativas e analisados mediante a noção de governamentalidade, formulada por Michel Foucault. Os resultados indicam que de forma contraditória ao que se pretende, o currículo apresenta práticas naturalizadas que favorecem o assujeitamento do futuro professor aos ditames da concorrência e do empresário de si, potencializando a hegemonia da racionalidade política neoliberal.

Palavras-chave: Currículo - Educação Física - Educação Superior - Governamentalidade - Neoliberalismo

Entradas

Não é novidade que estão em curso intensas e extensas transformações nos modos de provisão do setor público e na sociedade civil. Elas implicam mudanças nas formas de emprego, nas estruturas organizacionais, na(s) cultura(s) e nos valores, entre outros aspectos. Objetiva-se modificar o Estado do bem-estar Keynesiano para um Estado do trabalho Schumpeteriano, substituindo o discurso fordista de produtividade, planejamento e eficiência por temas como flexibilidade e empreendedorismo pós-fordista (BALL, 2006). O que está em curso é hegemonia da racionalidade política neoliberal.

Os escritos de Ball reforçam que grande parte das pesquisas sobre o tema focam os processos de mudança e a forma como as novas estruturas organizacionais funcionam. Para ele, pouca atenção se dá às transformações da cultura e dos seus mecanismos de regulação, que visam a produzir subjetividades afeitas ao neoliberalismo. Afinal, como colocam Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo coloca em cena a necessidade de cada sujeito instaurar em si a cultura empresa.

O neoliberalismo pode ser entendido como um conjunto de técnicas e saberes que favorecem tanto a expansão das formas do capitalismo contemporâneo, quanto à governamentalização do Estado, que passa a seguir a lógica do empreendedorismo, transformando-se, também, em uma grande empresa. Esse modelo é visto como muito mais econômico, produtivo e lucrativo (FOUCAULT, 2008a).

Nesse cenário, a produção da subjetividade docente ganha relevância. Além de constituir-se como sujeito destes tempos e adequar-se à nova ordem social, por ser o responsável pela formação das novas gerações, o docente deve habilitar-se para promover em seus alunos as subjetividades necessárias para a efetivação dessas mudanças. O que se anuncia é que a formação tem que preparar seus sujeitos para agirem em um mercado marcado pela concorrência e instabilidade, promover condições para aprendizagem de novas capacidades e competências e para se adaptarem rapidamente para demandas laborais imprevistas (BURBULES; TORRES, 2004). Há mais! O docente destes tempos tem que se tornar um empreendedor constante, investir em si mesmo mediante qualquer risco de se tornar obsoleto. Como explica Bauman (2008), o sujeito contemporâneo valoriza o descarte, o consumo, as conquistas e o mérito individual.

Esse objetivo coloca as questões do currículo e da formação docente no centro de qualquer debate educacional. Não à toa, estamos imersos em um momento de revisão das políticas curriculares, como ocorre atualmente com a BNCC e as Diretrizes Curriculares para a Educação Física (DCNEF).

Neste texto, tomamos o currículo como prática discursiva, como produção da cultura, que envolve a luta constante tanto pela definição de seu significado como do significado daquilo que é transmitido (LOPES, 2002). Logo, as experiências nele organizadas não são neutras, tampouco os conhecimentos transmitidos são universais. Condições que tornam necessária a articulação entre cultura, economia e política nos estudos do currículo (MACEDO, 2006). Para esse fim, outra condição se estabelece: tomar a cultura na sua dimensão política, como campo de força, e, dentro disso, o modo como nela se agregam valores de mercado e também se criam mecanismos de resistência (HALL, 1997).

Para Lopes e Macedo (2011), por ocorrer em meio a diferentes discursos sociais, o currículo é um texto que produz sentidos, sempre de modo parcial e limitado, que visa direcionar a ação de seus sujeitos. Ou seja, o currículo tenciona validar formas de ver o mundo, independente de quais são ou a qual grupo ou classe social seus sujeitos pertencem. O que aqui se apresenta compreende o currículo para além da aquisição de conhecimentos, valores e atitudes essenciais para a formação humana. Trata-se de elemento chave da aprendizagem de modos de ser colocados como correto, único e fundamental para a inserção de sujeitos na vida pública. Desse modo, o currículo nos subjetiva tanto para sermos governados como para governarmos o campo de ação dos outros. Há de se considerar, também, que os sujeitos do currículo trazem consigo suas subjetividades, constituídas antes e para além das práticas as quais irão se submeter. O que indica que o processo de subjetivação não é tranquilo.

Corroborando com Ball (2006), a revisão da produção científica que realizamos a respeito do currículo da formação inicial em Educação Física indica que os estudos a respeito não se atentam a essas questões. De modo geral, enfocam o problema da defasagem entre a preparação do futuro docente e a realidade prática que irá enfrentar, reforçando críticas à fragmentação do conhecimento; à dicotomia teoria/prática; à prevalência do ensino centrado no docente; às inovações curriculares etc. Mesmo aqueles que realçam a relação entre o neoliberalismo e as DCNEF, restringem seu olhar aos aspectos ideológicos que as mesmas carregam e, em tom de denúncia, alertam como esses influenciam a produção de programas curriculares. No tocante à formação docente, é comum observarmos pesquisas que buscam nas histórias de

vida, narrativas que trazem à cena um repertório de memórias que permitem aos pesquisadores analisarem o que afasta e o que aproxima professores da identidade docente esperada e, em muitos casos, essencializam dimensões subjetivas. Podemos dizer que são estudos que ao falar sobre a docência, a sua formação e o currículo constroem o que eles são e como devem ser. O que não se vê são pesquisas que nos permitam perceber como o percurso formativo produz e amarra o docente na sua própria história. O modo como ele é produzido, falado e assujeitado a essas transformações. O modo como ele aprende a falar sobre si mesmo, a governar-se, parece pouco importar aos pesquisadores da Educação Física.

A fim de contribuir com esse processo, centramos esforços na investigação dos modos de regulação que se apresentam no currículo da formação docente e de que modo eles se alinham às transformações do setor público, da cultura geral e à produção das subjetividades requeridas. O texto em tela é parte de um projeto de pesquisa mais amplo. Toma por foco as práticas discursivas e não discursivas que o currículo promove para a formação do professor ansiado e da Educação Física desejada. Após estudos sobre as estratégias de produção docente em um currículo de uma instituição privada de ensino e outro a respeito dos impactos do mesmo currículo na prática pedagógica de seus egressos, interessou-nos indagar se o currículo de um curso de Licenciatura em Educação Física, que acontece em uma universidade pública, enfatiza o ajustamento dos alunos às formas de regulação neoliberal ou incide em formas de resistência e compromisso com a esfera pública e a coletividade, como anuncia seu projeto pedagógico. Dentre os diversos aspectos que marcam o currículo da Educação Física, tais como sua estrutura curricular, conhecimentos selecionados, métodos de ensino entre outros, e dos dados produzidos pela pesquisa, destacamos nesta escrita alguns elementos, que decorrem de tecnologias como Mercado, Gestão e Desempenho (BALL, 2016): a oferta de bolsas variadas, a formação permanente e o autogerenciamento do percurso formativo. Aspectos que favorecem a produção do professor como empresário de si, logo fortalece a hegemonia neoliberal.

Para a efetivação do estudo, realizamos entrevistas narrativas (FLICK, 2009; Jovchelovich; Bauer, 2002) com 5 alunos que foram assujeitados ao mesmo currículo e estão em atuação no exercício da docência em vários níveis da escolarização básica em redes de ensino municipal, estadual e particular. Entendemos que o instrumento adotado permite ao colaborador da pesquisa posicionar-se no interior dos discursos da formação inicial, que conformam o sujeito ex-aluno/professor aos regimes de verdade da racionalidade política que opera o currículo.

O material empírico foi submetido à análise a partir da noção de governamentalidade (FOUCAULT, 2008b), entendida como a arte de governo de si e dos outros. Apresentamos no texto alguns excertos extraídos das entrevistas, a fim de elucidar alguns enunciados que marcam a relação entre a verdade do sujeito e o neoliberalismo.

Notas sobre a noção de governamentalidade

A noção de governamentalidade, desenvolvida por Michel Foucault (2008b), se refere a um conjunto racional de técnicas que age sobre o governo de si e sobre as condutas das populações, visto que a ação do indivíduo conduzir-se não é algo natural. Indica as formas como os sujeitos se relacionam de modo particular consigo mesmo e constituem-se como sujeitos. A governamentalidade pode ser concebida como arte de governar e possibilita analisar o que está em disputa no governo das condutas de si e a sua articulação com a governamentalização do Estado (neoliberal).

Para o filósofo não é possível haver uma explicação do poder apenas pela função e atuação do Estado e das instituições, pois essa análise não consegue dar conta dos múltiplos lugares da vida social, que se conectam com segmentos diversos do mundo social e político. Essas conexões formam uma extensa trama que permeia desde os pequenos acontecimentos, as relações interpessoais até as grandes instituições. Foucault (2008b) advoga que a história da razão na contemporaneidade é marcada pela produção constante e ininterrupta de técnicas de controle da subjetividade e das populações, que faz do objetivo da racionalidade política a administração da população, a regulação da atividade econômica, a articulação e o planejamento estratégico da vida social, tendo em vista a produção da segurança do território e da sua população.

Enquanto arte de governo, o neoliberalismo espraia a racionalidade do mercado dos domínios da economia para todo o corpo social, incluindo os campos não econômicos. Ele atua como princípio de inteligibilidade para definir as relações sociais e subjetivar os indivíduos, influenciando os modos de pensar e os comportamentos das pessoas. Inaugura uma nova racionalização do governo e produz novas tecnologias governamentais e formas de governo de si. (FOUCAULT, 2008a).

É importante esclarecer que a noção de governo em Foucault refere-se ao controle das condutas. Governar implica organizar, planejar o campo de ação do outro e de si mesmo. Envolve instituições, cálculos, técnicas, invenções, procedimentos deliberadamente incitados para induzir o governo das condutas. É o modo como o poder se exerce sobre os sujeitos, seus modos de vida, que faz valorar determinadas ações e as formas de pensar e sentir, a fim de atingir diferentes segmentos da população. O poder deve penetrar no cálculo particular para agir sobre as antecipações imaginárias dos indivíduos, seja para reforçar o desejo (pela recompensa), seja para enfraquecê-lo (pela punição/perda) como para desviar o seu foco quando necessário (pela substituição do objeto do desejo) - (DARDOT; LAVAL, 2016).

O governo gera atividades que encorajam os indivíduos a governarem a si mesmo de determinado modo. O que se está a falar é que as pessoas não governam suas ações e vontades pessoais por conta de uma autonomia desenvolvida por um processo de maturação biológica ou do desenvolvimento da razão que lhe é própria. Isso se dá em virtude dos seus modos de ser constituírem-se por conta de complexas relações políticas, históricas e culturais da qual o indivíduo participa e torna-se sujeito.

O que segue abaixo é a análise de algumas tecnologias de governo que estão presentes no currículo da formação inicial e que, de forma naturalizada, faz valer uma racionalidade política que amarra os estudantes em uma história de investimento próprio e apaga qualquer fronteira entre a noção de carreira profissional e bem-estar pessoal, tornando-as a mesma coisa.

Efeitos

O primeiro aspecto a ser destacado é a oferta de bolsas de auxílio. A universidade oferece um amplo rol de modalidades de bolsas, vinculadas a diferentes órgãos administrativos internos. Há, também, a presença de bolsas de estudos ofertadas por entidades de fomento à pesquisa (estadual, federal e particular). Há bolsas de caráter social, que são destinadas aos estudantes de graduação e pós-graduação, que apresentem e comprovem dificuldades financeiras para garantir sua permanência na universidade. Nessa, a contrapartida por parte do bolsista selecionado se dá mediante a realização de 10 horas de atividades (laborais) semanais relativas à execução dos projetos em diferentes áreas. Há as culturais, que visam ao auxílio-artista. Oferecem-se, também, as vinculadas aos estudos e à formação, como as de iniciação científica, as de pesquisa-empresa, que visa a facilitar a interação empresa/universidade e as de auxílio ao desenvolvimento dos projetos de cunho institucional da universidade, que muitas vezes insere o estudante no laboratório de pesquisa vinculado a um professor orientador. Destacam-se, também, as de apoio ao ensino de graduação (PAD) e as de estágio de capacitação docente (PED), vinculadas à graduação e a pós-graduação respectivamente. Na graduação, a bolsa é oferecida para o interessado auxiliar o docente responsável a ministrar a disciplina. Como pré-requisito, o requerente deve ter realizado e ter sido aprovado na matéria. Na pós, o interessado não pode estar no primeiro semestre do curso. Ambas são consideradas como experiência para a atuação docente e podem compor o currículo *lattes*.

Interessante notar que, ao findar o número de bolsas disponíveis, muitos alunos atuam como voluntários nesses dois programas, pois a participação incide em certificação e critérios de seleção. Ou seja, são consideradas para futura contratação por alguma instituição de ensino superior ou participação em editais de concurso público, no caso do programa de preparo à docência. Há ainda as bolsas para a Extensão, dentre outras. Na Educação Física, as bolsas de Extensão vinculam-se às escolas de esportes, atividades rítmicas, gínicas e aos diversos programas de atividade física ofertados à comunidade.

Boa parte da seleção das bolsas tem como critério de classificação o desempenho acadêmico e a sua manutenção no transcorrer dos estudos. Para outras, o critério é estabelecido pelo docente responsável pelo projeto, que, em geral, usa como critério de desempate a disponibilidade, o interesse e, também, o desempenho acadêmico ou, até, a produção acadêmica. O que se vê é a grande procura por parte dos alunos, vinculando interesses financeiros e profissionais, que são significados como oportunidade de experiência, tendo em vista a inserção profissional.

Esse quadro marca alguns dos efeitos da governamentalidade neoliberal no currículo, dentre eles a diversidade de possibilidades para a atuação no mercado profissional e diferentes modos de exercê-la, reforçando a noção de formação flexível. Essa questão se alinha a duas posições que se complementam: a do sujeito de interesse e do sujeito cliente.

A noção de interesse emerge com o aparecimento do Estado moderno e com ele o da esfera privada individual. O jogo do interesse individual é o objeto da racionalidade (neo)liberal. Por conta disso, o Estado precisa de uma análise profunda dos interesses a fim de que eles sejam induzidos, estimulados e, ao mesmo tempo, conectados a uma totalidade: a da economia, do mercado. Na governamentalidade neoliberal o poder atua sobre o desejo individual de cada um de forma a influenciar os seus interesses. O que permite governar indiretamente a conduta do indivíduo são as estratégias neoliberais de promoção da liberdade de escolha (FOUCAULT, 2008a). Essa liberdade não permite ao indivíduo perceber a normatividade vigente, que conduz sua conduta em espaços diversos construídos para que a decisão a ser tomada atenda a um interesse pessoal de modo a parecer que sua decisão foi fruto de vontade própria. (DARDOT; LAVAL, 2016).

Por outro lado, o sujeito-cliente é mais um efeito destes tempos: um sujeito livre, capaz de consumir e, com isso, assumir o que melhor lhe convém. Para decidir o que pensa ser melhor ou mais conveniente para si, o sujeito-cliente torna-se alvo de uma infinita gama de estímulos, sugestões, apelos e seduções. (VEIGA-NETO, 2000). Na articulação entre o sujeito de interesse e o sujeito cliente, a universidade, por conseguinte, a formação inicial em Educação Física, reforça ambos. Ao mesmo tempo em que produz o interesse ao ofertar possibilidades de financiamento, formação e inserção profissional, satisfaz o discente-cliente por ofertar um curso que atenda aos seus desejos, tomados como demandas que parecem ser suas.

"Peguei bolsa trabalho, e aí trabalhei um pouco na Biotec, depois de um ano que a gente podia escolher pra onde você ia. Aí escolhi o laboratório de fisiologia do exercício". (entrevistado 1).

"Logo depois da disciplina eu quis me aproximar. É nesse que eu vou me agarrar e aí depois eu fiz parte do grupo de estudos dele e ele foi meu orientador de monografia também. Eu fui PAD dele". (entrevistado 3)

"Estava com bolsa! Foi meio complicado... Mas consegui mostrar o que eu tinha feito nos seis meses e cancelar a bolsa. E no mesmo momento que eu cancelei a bolsa, eu comecei a me aproximar do professor. (...) aí eu comecei a me interessar mais. Eu fiz PAD em uma disciplina dele. Mais pra frente, acompanhei alguma disciplina como PED, mas na área de estágio, mais na área da educação... Me encontrei mais ou menos no meio do caminho, me encontrei na educação". (entrevistado 4).

"Eu trabalhei em muita coisa aqui pra ganhar dinheiro. Só pra me manter aqui. Peguei aquelas bolsas mínimas que eles davam. Fiz a extensão da escolinha de lutas uns 5 anos. Foi o projeto que eu mais fiquei. Fiz extensão de tênis de mesa porque eu gostava. Trabalhei com dança de rua, porque tinha uma amiga que fazia. Badminton, também, fiz a mesma coisa. Fui lá pra ajudar um pessoal e acabei ficando e aprendendo. Caratê também, quando tinha. Ajudei um pouquinho o pessoal da capoeira, mas não fiquei muito tempo" (entrevistado 5).

Obter uma bolsa também significa obter experiência no mundo do trabalho quando esta se associa a realização de um estágio, seja o que compõe a carga de horas do curso, seja aquele para além da formação, disponibilizado pelas empresas. O que se observa é que ao mesmo tempo em que isso possa contribuir com a valorização do *curriculum vitae*, fomentando interesses pragmáticos, pode interferir no rendimento escolar, o que ajuda na precarização da formação e, por conseguinte, do trabalho, visto que as exigências se ampliam.

"Peguei IC (iniciação científica), no meio do quarto ano. Tinha mais um ano. Então, eu pedi o reingresso e comecei a cursar o bacharelado. Só que eu já estava trabalhando na época. Eu saía do meu trabalho com preocupações outras, relacionadas à área, mais especificamente às Humanas. Eu tinha que fazer disciplinas do bacharelado. Na época, eu lembro que era natação que eu estava fazendo à noite porque eu já tinha feito várias. Faltava pouquinho para terminar. Mas eu não dei conta" (entrevistado 1).

O desempenho, enquanto tecnologia neoliberal de governo, alterou de maneira prejudicial, a experiência subjetiva da educação em todos os níveis. Ele cria a necessidade de uma performatividade sempre positiva e atribui ao sujeito a responsabilidade pelas escolhas, acertos e fracassos. Como se percebe, essa condição tem outro efeito. Ela pode levar ao abandono dos estudos ou, por outro lado, a ampliação do tempo de permanência na universidade. Em ambos os casos o que se tem é o aumento dos gastos públicos. Sabemos bem que os efeitos decorrentes desses processos facilitam a produção de discursos que acusam a gestão da universidade pública de ineficiente. Por outro lado, mediante indicadores dos gastos estatais com questões sociais ditas desnecessárias, fazem circular a necessidade de privatização dos aparelhos de Estado ou a do seu empresariamento, favorecendo o neoliberalismo.

Essas escolhas também associam a noção de experiência aos aspectos utilitários. Com base em Larrosa (2002) é possível afirmar que essa noção de experiência refere-se, recorrentemente, à aquisição de informação, o que impacta o modo de conceber as noções de conhecimento e aprendizagem. Para o educador espanhol, ocorre uma intercambialidade entre os termos que reduz o conhecimento à informação, e, por efeito, articula o termo aprender a mudança de comportamento, o que implica o desenvolvimento da capacidade de adquirir e processar informação.

Essa noção reforça os ideais da sociedade de aprendizagem, que expressa à necessidade de o processo de obtenção de conhecimento/informação e competências não se limitar a formação básica ou a superior. Ela, a aprendizagem, tem que estar saturada em toda a sociedade (DRUCKER, 1999). A competência, tomada como capital humano tem que ser aprendida em todas as oportunidades e locais possíveis. Não há tempo para perder tempo. Nessa lógica, aprender a aprender torna-se o imperativo desta época, como apontou a Comissão Internacional da Educação para o século XXI, promovida pela Unesco, nos anos 1990. Minimiza-se, assim, a importância das matérias de ensino em detrimento da valorização da capacidade de continuar a aprender por toda a vida. Aprender, adquirir informações, ter experiências são metáforas cognitivistas que compõem as ações necessárias para o sujeito tornar-se empresário de si mesmo.

"(...) uma das minhas preocupações durante a formação, e uma das angústias que eu tinha também, era eu ver que tinha muitos colegas meus que já tinham uma experiência previa de... Ou de ter com esporte, já ajudava o professor, professor deles, de antes assim, a dar aula... Muitos que faziam recreação pegava um evento aqui, outro ali, e eu queria fazer alguma coisa. Queria ter também...Querendo me sentir profissional, sabe?" (entrevistado 3)

Percebe-se aqui os efeitos da performatividade. Para Ball (2005), trata-se de uma tecnologia, um modo de governo que promove comparações e exposições de desempenhos entre os sujeitos (e empresas), por meio da exposição de indicadores de produtividade e rendimento. Esse representam a validade, a qualidade ou valor de um indivíduo ou organização em determinado âmbito de julgamento. Interessante notar, que estar empregado ou com um estágio confere ou reforça um estatuto de verdade sobre o que é ser eficiente e, por conseguinte, ineficiente no transcorrer do currículo. O que promove efeitos na subjetividade do sujeito a fim de querer ser produtivo, incorporando o ser empresarial.

Para Foucault (2008), na governamentalidade neoliberal os sujeitos são compreendidos como empresários de si mesmos, modificando a ideia de que a liberdade dos sujeitos é garantida pelo contrato social ou pela relação normalizada do sujeito com ele próprio. O governo de si empresarial implica olhar para si como sendo ele próprio seu capital, seu produtor e a fonte de sua renda. O sujeito empresário de si tem necessidades e produz bens que configuram a realização da satisfação pessoal. A fim de conhecer e satisfazer essas necessidades, o empresário de si investe em capital humano. A escolha da carreira, da universidade e, dentro dela, do que ela pode oferecer é um investimento para o futuro e de responsabilidade do sujeito. Ficar dentro disso passa a ser a condição de ser. A arte de governar o governo de si do cidadão empresarial permite a criação de condições por parte do Estado que possibilitam a liberdade empresarial em um ambiente de mercado. Enquanto aparelho do Estado, a universidade faz a sua parte.

Na mesma linha, o currículo também fomenta a necessidade da formação permanente. Ao longo do percurso, são ofertadas outras modalidades formativas e promovido o desejo de continuar os estudos. Para isso, promovem-se cursos em modalidades diversas que geram certificação, como as mais superficiais e céleres: extensão, difusão etc., ou as mais densas: *lato sensu* e *stricto sensu*. Faz-se crer que o que importa é o aumento de seu portfólio pessoal.

Segundo os colaboradores desta pesquisa para lograr êxito no processo seletivo do programa de pós-graduação é necessário estar inserido desde o ingresso na graduação no grupo de pesquisa de um docente para, mais à frente, requerer a orientação acadêmica ou pesquisar determinado objeto de estudo de seu interesse. Discursos que implicam táticas de ação.

"Meu TCC? Eu fui pra escola e fiquei observando nas aulas de educação física como que se davam essas relações de gênero nas aulas, como que a aula de educação física favorecia a ruptura dessas barreiras de gênero ou não.Como que ela lidava com isso. Já matei duas coisas em uma coisa só. Fiz o estágio e fui fazendo minha pesquisa, que foi também a mesma pesquisa de iniciação científica". (entrevistado 1)

"Eu entrei aqui em 2008, me formei em 2011 em licenciatura como primeira opção. Fiz a modalidade dupla, em 2012 me formei no bacharel. Fiz duas pós-graduações. Fiz uma especialização na escola da USP." (entrevistado 2)

"No mestrado, eles gostam de pegar quem eles já conhecem, porque você tem dois anos e você tem que fazer um trabalho render, dar frutos." (entrevistado 3).

"(...) me formei na graduação e já entrei no mestrado. Eu tinha pesquisado no TCC a cidadania, a formação cidadã na Educação Física, e foi na verdade um aprofundamento, tentar melhorar a criar uma reflexão sobre possibilidades da Educação Física com formação cidadã." (entrevistado 4).

"Na época que eu estava me formando aqui, eu ia tentar o mestrado. Só que aí meus avós tiveram um problema de saúde . Eu pensei, vai ser muito puxado, não vai dar, não vou ter cabeça pra isso, vou fazer pedagogia. E aí depois eu também fiquei pensando o porque eu entrei na pedagogia, da possibilidade de eu ser diretor, porque você precisa de um curso administrativo, aí aproveito, depois de um tempo quem sabe poder ser diretor de escola". (entrevistado 5).

A atual governamentalização do Estado neoliberal sustenta as políticas de reforma do setor público correntes, inclusive as da educação superior. Para Ball (2006), os efeitos de mercado nessas reformas estão ancorados em uma psicologia social do autointeresse. O que se ensina é respeitar resultados, não princípios. Por efeito, o *modus operandi* do atual mercado é decretado por uma miríade de estímulos e gratificações que potencializam encorajar soluções para o interesse pessoal. Sublinha o sociólogo inglês que a economia de mercado neoliberal se ancora em pontos de vista que asseveram a disputa entre pessoas como natural à espécie humana, que é constituída por indivíduos cujas referências são eles próprios. O mercado apenas dá o impulso básico. Para Ball, essas reformas criam um novo ambiente moral, tanto para consumidores quanto para produtores, introduzindo todos em uma "cultura dos interesses do *self*". O que se nota é a possibilidade de adequação do currículo aos interesses pessoais. Fato que permite aos alunos concluírem o curso mais rápido para inserir-se no mundo produtivo.

"Eu entrei no noturno, a minha turma teria História só no ano seguinte e eu puxei a disciplina com o diurno. Eu me formei com um ano antes fui puxando, puxando, puxando, me formei com o diurno no final das contas." (entrevistado 1).

Isso ocorre porque no currículo há disciplinas obrigatórias. Há aquelas que são pré-requisito de outras; algumas optativas, nas quais os alunos podem selecionar algumas dentre um rol de ofertas para cumprir determinada quantidade de horas obrigatórias e as disciplinas eletivas, que podem ser realizadas em qualquer faculdade dentro da universidade. Esse último aspecto é mais uma marca do incentivo para se ter uma formação mais ampla, generalista e fragmentada, como expressam as DCNEF. Nesse caso, os alunos têm que cumprir um total de 200 horas, que substituem as atividades acadêmicas científicas e culturais. Há, também, a possibilidade de requisição dos alunos mudarem de turno ou apenas nele cursarem determinadas disciplinas, caso haja vagas e aceite do docente. Condições que permitem a cada sujeito do currículo gerenciar sua formação dentro dos prazos mínimo e máximo, conforme interesses pessoais. Eis aqui uma possibilidade do exercício do controle do tempo, de si e do autoinvestimento.

Deleuze (2013) explica que as sociedades disciplinares estão sendo substituídas pelas sociedades de controle e nessas os diferentes modos de controle tem como linguagem dominante a numérica. Indica que as sociedades disciplinares possuem dois pólos, "a assinatura que indica o indivíduo, e o número de matrícula que indica sua posição numa massa". Nas sociedades de controle, "o essencial não seria mais a assinatura nem um número, mas uma cifra: a cifra é uma senha (...). A linguagem digital do controle é feita de cifras, que marcam o acesso ou a recusa a uma informação" (DELEUZE, p. 226, 2013). Isso se evidencia no currículo pelo registro acadêmico (RA). Não à toa, os colaboradores da pesquisa se apresentaram para a entrevista citando o seu ano de ingresso ("eu sou 08"; "eu sou 06"), mesmo não sendo mais matriculados. Isso se repete com os alunos regulares, afinal tudo o que realizam na universidade, como ir ao centro de alimentação (bandeirão), acessar o sistema da biblioteca, matricular-se na série seguinte ou qualquer

curso etc., necessita o uso da sua identificação. Caso algo esteja errado com a sua senha, o acesso é negado. Além disso, diz Deleuze, as massas tornam-se amostras, dados, mercados, que precisam ser localizados, registrados e analisados para que padrões de comportamentos repetitivos possam ser percebidos. Não à toa, é constante a investida de bancos e demais empresas na busca desses dados.

Na linha da gestão pessoal, ter o desempenho acadêmico necessário é determinante. O desempenho é mensurado para estabelecer o coeficiente de rendimento (CR) que possibilita benefícios, como já anunciado. O CR estabelece um padrão de comportamento dos alunos de cada curso e por isso serve para compor dados sobre a eficiência de cada aluno, disciplina, faculdade e da universidade no geral.

Trata-se de uma técnica eficiente e não onerosa de controle. Ela estimula e seduz o sujeito de interesse a organizar sua agenda de estudo, trabalho, lazer e relações pessoais mediante sua suposta liberdade. A busca pelo desempenho faz com que o interessado tome para si a responsabilidade a respeito dos possíveis desdobramentos das suas opções. A autogestão, nesse caso, se articula à produtividade, seja nas atividades laborais, seja no desempenho escolar. Nas atividades que atua como contrapartida para obtenção de bolsa, a questão é específica ao ramo de atuação, que pode lhe conferir uma indicação profissional ou aceite de orientações acadêmicas futuras. Nas atividades de estudo, a depender do aproveitamento, ele pode tanto manter o que conquistou, como arcar com o ônus da perda, da reprovação ou da pouca compreensão dos conhecimentos, o que anuncia a responsabilidade pessoal pela precarização da sua formação. Eis aqui outro efeito! Ao perceber a sua incapacidade estará sujeito aos discursos da formação permanente. Como sabemos essa modalidade formativa está cada vez mais gerenciada pelo setor produtivo. A mercadização do conhecimento se fortalece, por conseguinte, o neoliberalismo.

Em linhas gerais, podemos afirmar que o CR reforça aspectos tidos como a norma da sociedade destes tempos, isto é, a valorização do mérito pessoal e o reconhecimento de privilégios a quem o fez por merecer. Cria situações de concorrência naturalmente por (supostamente) beneficiar os mais dedicados, organizados, o que pode levar outros a se adaptarem à competição, fortalecendo a noção corrente de que ela é a fonte de todos os benefícios.

A gestão pessoal do currículo faz parte das novas formas de governo que faz o sujeito guiar-se diante de expectativas e incertezas do mundo. Assim sendo, ele pode compreender-se como aquele que sabe fazer a diferença e atuar em mundo competitivo em que ele tem que contar apenas com suas capacidades. De forma sorrateira, fazer a diferença, discurso corrente do individualismo neoliberal, transmuta o significante diferença para uma representação universal de sujeito e contribui para minimizar a força disruptiva do termo.

O currículo contribui para que a reestruturação neoliberal opere por meio da dinâmica impessoal da concorrência e reforça aos sujeitos o quanto vale a luta por vantagens individuais. Isso denota a presença determinante das forças do mercado na organização das estruturas da formação superior. Percebe-se que por ser uma racionalidade totalizante, o neoliberalismo envolve tudo e a todos e, por isso, produz modos de subjetivação empresarial e competitivo.

Aberturas para pensar

Percebemos que algumas práticas presentes no currículo, tomadas como naturais, não ocorrem à revelia. Por pautarem-se na racionalidade política neoliberal espriam modos de ser de modo a atuar como forma de pedagogia cultural que compõe o cotidiano da formação docente. São tentativas de influir e regular a maneira como seus sujeitos se veem, se descrevem, se narram, se governam em meio às ofertas institucionais e às ações dos outros, de modo à assujeitarem-se ao que as transformações das estruturas e organizações sociais requerem.

Ao fomentar práticas e, com elas, colocar em cena discursos que remetem à capacitação pessoal para o mercado do trabalho, o currículo incentiva a administração do tempo e incrementa as decisões pessoais, de modo a colocar em operação uma série de eventos que introduzem e por isso introjetam novas formas de regulação dos sujeitos, constituindo estudantes, os futuros professores da Educação Física e do Ensino Superior conforme às exigências da cultura empresa.

A construção desse sujeito Eu S/A baseia-se em um estilo de vida ativo, que requer total submissão do corpo e da alma do sujeito-empresa para que atue de forma competitiva, atento às oportunidades de progressão na carreira/vida e com o máximo de eficiência nas diversas situações do cotidiano, a fim de atingir a plenitude de si, valorizar-se e com isso estar apto às exigências da sociedade neoliberal.

O ensino superior público, assim como o privado, também apresenta suas tecnologias que implicam o governo de si associado à produção de empresários de si, dificultando a consecução de suas metas de resistência à arte de governo neoliberal.

Conversas com

BALL, S. J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. *Cadernos de Pesquisa*, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez. 2005.

BALL, S. J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. In: **Currículo sem fronteiras**, v.6, n.2, pp.10-32, Jul/Dez 2006.

Ball, S.J. Neoliberal education? Confronting the slouching beast. *Policy Futures in Education*. Vol: 14, p. 1046-1059. August, 2016.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008

BURBULES, N. e TORRES, C.A. Globalização e educação: uma introdução. In: BURBULES, N. e TORRES, C.A. **Globalização e Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DELEUZE, G. Post-Scriptum sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, G. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, p. 223-230, 2013.

DRUCKER, P. **A sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira, 1999.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, M. **O Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

Jovchelovich, S.; Bauer, M.W. Entrevista Narrativa. In: Bauer, M. W., Gaskell G. **Pesquisa qualitativa com texto**,

imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes; 2002.

HALL, S. A Centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo. In: Educação e Realidade. Porto Alegre, v.22, nº 2, p.15-46, 1997.

LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, 2002.

LOPES, A. C. O pensamento curricular no Brasil. In: LOPES, A.C.; MACEDO, E. Currículo: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2002

LOPES, A.C.; MACEDO, E. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MACEDO, Elizabeth. Currículo como espaço-tempo de fronteira cultural. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, p. 285, 2006.

VEIGA-NETO, A. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In: PORTOCARRERO, V. e CASTELO BRANCO (orgs.) **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro: Nau, 2000.